

resenha

Em busca da liberdade

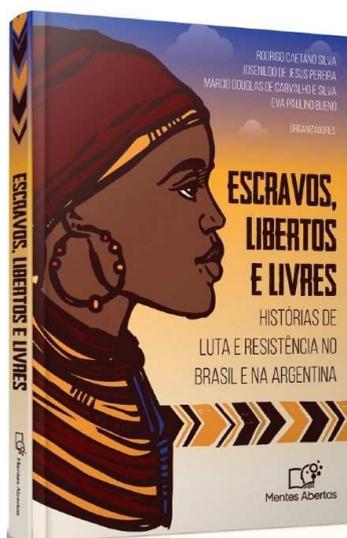
SILVA, Rodrigo Caetano; PEREIRA, Josenildo de Jesus; SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e; BUENO, Eva Paulino (Organizadores). *Escravos, libertos e livres: histórias de luta e resistência no Brasil e na Argentina*. São Paulo, Mentis Abertas, 2020. 326 p.

ROSÂNGELA PRAXEDES* e WALTER PRAXEDES**

ESCRAVOS, LIBERTOS E LIVRES – histórias de luta e resistência no Brasil e na Argentina é o título do livro coletivo organizado por Rodrigo Caetano Silva, Josenildo de Jesus Pereira, Márcio Douglas de Carvalho e Silva e Eva Paulino Bueno, quatro estudiosos das histórias, culturas, diferentes religiosidades, práticas educativas e relações humanas que são abordadas nesta obra em suas múltiplas dimensões.

Com diferentes perspectivas metodológicas de investigação e interpretação das fontes, em muitos casos inéditas, dezessete estudiosos unidos em um projeto coletivo realizam a rememoração do passado como “uma dimensão permanente da consciência humana”, como escreveu Hobsbawm, ao recordar que “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo” (Hobsbawm, 2010, p. 22).

Essa concepção de história e rememoração do passado como uma



construção coletiva da experiência e do conhecimento aparece expressa já no primeiro capítulo da obra, em uma afirmação direta e transparente, escrita por Eva Paulino Bueno: “A história do Brasil está indelevelmente misturada à história da escravidão” (p. 29). Essa mesma afirmação pode ser estendida à interpretação da história da Argentina realizada por

Maria José Becerra e Diego Buffa, que nos recordam os discursos dominantes que tentaram “*construir un pasado em común, del cual quedaban excluidos los sectores más bajos de la anterior sociedade colonial, los índios y, em especial, los negros*” (p. 144).

Mas se a escravização das pessoas é tão indelevelmente relacionada com os processos históricos de construção dos nossos países, por que é necessário que essas circunstâncias sejam recordadas nos capítulos deste livro?

Então chegamos ao ponto em que temos que recordar alguns princípios dos estudos históricos desde Vico, e o

primeiro deles é que, como seres humanos, temos a possibilidade de conhecer aquilo que criamos. Como construíram a sua história, os próprios seres humanos podem conhece-la. Para Vico podemos identificar o que é humano com o que é histórico. E se ainda precisamos de mais justificativas para nos voltarmos para o passado da nossa própria constituição como seres sociais e históricos, podemos recordar a sempre citada e necessária afirmação de Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*: "Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado."

São as *Histórias de luta e resistência no Brasil e na Argentina* que fazem parte deste inventário das heranças que recebemos do nosso passado colonial comum.

Em um curso de formação de professores que ministramos há alguns anos na cidade de Quedas do Iguaçu, na região sudoeste do Paraná, assistimos um episódio do documentário de Isa Grinspum Ferraz baseado no livro *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, no qual aparecem imagens sobre a contribuição dos negros escravizados e guaranis na formação histórica, social e cultural do Rio Grande do Sul. Depois que assistimos o documentário vários professores que participavam da atividade e eram descendentes de agricultores gaúchos que migraram para o Paraná na segunda metade do século XX, afirmaram abertamente que nunca haviam imaginado que o Rio Grande do Sul e os grupos humanos denominados como "Gaúchos" fossem descendentes de negros e índios. Reitero que estávamos em uma atividade de um

curso de pós-graduação voltado para a formação de professores já graduados em geografia, história, letras e que já lecionavam em escolas públicas e privadas da região sudoeste do Paraná.

Este é o momento mais adequado para recordarmos aquela famosa frase da tradição judaica: é preciso "lembrar para jamais esquecer". Gostaríamos de retornar àquela aula na cidade de Quedas do Iguaçu e propor para os participantes do curso o estudo do texto escrito por Adelmir Fabiani, "Rendido, fistuloso e inservível": doenças e denominações atribuídas aos cativos das fazendas pastoris do Rio Grande do Sul (1830-1880)", para que passasse a constar no repertório de fontes a serem consultadas pelos educadores que apresentaram a dúvida sobre a contribuição de negros e índios para a história do Rio Grande do Sul, Estado brasileiro em que "a escravidão não foi diferente das demais regiões brasileiras. Os cativos esgotavam de tanto trabalhar. As condições de existência nas charqueadas e fazendas pastoris eram danosas" (p. 41)

"Eu aprendo, sim senhor!" Práticas educativas de mulheres escravizadas no Maranhão oitocentista (1840-1880), capítulo de autoria de Elizabeth Sousa Abrantes e Elaina Regina Mendes Pinheiro Lisbôa, nos recorda as práticas de mulheres escravizadas que "através das brechas no cotidiano, participaram de diversos processos de ensino e aprendizagem, tais como aprender a ler e escrever... enquanto sujeitos em processos de busca por autonomia" (p. 67). Este mesmo significado de recuperação das formas de resistência das mulheres escravizadas aprendemos ao ler o capítulo "*Sex and Power in a Slave Society - Amulet and Freed Woman in Minas Gerais, Brazil, in the Eighteenth*", escrito por Eduardo França Paiva. Nesses dois capítulos sobre

mulheres escravas e libertas em busca de autonomia podemos encontrar aquelas abordagens historiográficas que levam em consideração que em uma relação de dominação e exploração não esperem os dominantes que os dominados permaneçam “inertes ou passivos”. E para ratificar isso, aí estão as histórias de resistências das mulheres do Maranhão e de Minas Gerais no século XVIII rememoradas neste livro através da mobilização de inúmeras fontes documentais.

Também situados historicamente no século XVIII, vários outros capítulos deste livro são dedicados aos enigmas da história e da historiografia no Brasil: “A mais linda tropa do exército”: os zuavos do exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-1866)”, de John Santana de Araújo, recoloca em debate a presença de soldados e oficiais combatentes negros na Guerra do Paraguai, colocando em risco a estabilidade e a reprodução da ordem social escravista, como bem interpreta o historiador.

Para realçarmos a importância do labor intelectual artesanal do historiador, podemos mencionar também o trabalho de Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno e Pedro Vilarinho Castelo Branco, que recuperam os documentos presentes no Arquivo da Casa Paroquial de Nossa Senhora das Dores e no Arquivo Público do Estado do Piauí para nos dar a “conhecer essas pessoas anônimas e silenciadas por uma produção historiográfica tradicional”, no capítulo “Estabelecendo laços de amizade”: uma análise sobre os batizados dos filhos de escravizados/as na cidade de Teresina, 1871-1880”.

Ainda no século XVIII e de volta ao Maranhão, Josenildo de Jesus Pereira apresenta sob novo escrutínio o processo histórico e a historiografia sobre o

período oitocentista no capítulo “A “Balaiada” sob a “pena” de João Francisco Lisboa: argumentos e tese”, rediscutindo a contribuição do “autodidata, jornalista e historiador” João Francisco Lisboa como fonte historiográfica que não pode ser negligenciada e que influencia a “compreensão” do que foi a Balaiada ainda hoje”.

A contribuição de João Antônio dos Santos Gumes (1858-1930) um outro autor divulgado muito menos do que deveria como fonte historiográfica e literária na história brasileira, é discutida no capítulo “Aos protectores da liberdade”: a escravidão na mira literária de João Gumes, um escritor nos sertões da Bahia”, escrito por Maria de Fátima Novaes Pires e que enfatiza o estilo de escrita literária muito elaborado e elegante, combinada com uma abordagem extremamente crítica e engajada contra a escravidão realizada por João Gumes.

Como bem assinalou Edward Said, um dos resultados da imposição de um poder arbitrário e opressor nos processos de colonização foi que “sempre houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando” (Said, 1995, p. 12). As formas de dominação e exploração do regime de trabalho escravo implantadas no Brasil e na Argentina, com a imposição violenta ou pacífica de formas de pensamento, idiomas, religiões cristãs, realizadas pelos colonizadores de origem europeia e seus descendentes, geraram vibrantes formas de resistência e adaptação às violências físicas e simbólicas sofridas por parte dos grupos humanos subalternizados pela dominação colonial. Com essa perspectiva podemos dimensionar a importância dos trabalhos de Rodrigo Caetano Silva, que discute

“O papel das sociedades abolicionistas no processo de libertação de escravos no Piauí (1870-1884)”; e de José Maia Bezerra Neto, no capítulo “O futuro não será mais como antigamente”: o 13 de maio, a Abolição e as visões da liberdade”.

Para finalizar esta resenha devemos mencionar os dois capítulos finais do livro: “A representação da escravização do africano e seus descendentes no livro didático de história do ensino médio”, de Márcio Douglas de Carvalho e Silva; e “Dos discursos ao concurso: beleza negra na cultura intelectual brasileira”, de Thiago Lenine Tito Tolentino e Petrônio Domingues. Apresentados no final da obra, esses dois capítulos sintetizam uma discussão a respeito das representações sobre os negros e, embora não mencione diretamente, de forma subjacente recolocam o mais inquietante questionamento sobre a reconstrução dos processos históricos através de representações e discursos que assim foi formulado por Linda Hutcheon: “Como podemos construir um discurso que elimine os efeitos do olhar colonizador enquanto ainda estamos sob sua influência?” (Hutcheon, Apud Giroux, 1999, p. 32).

A ênfase maior de todos os trabalhos publicados neste livro recai sobre as consequências imprevisíveis e não planejadas, formas de resistências, processos de tradução, mestiçagem, hibridação cultural e formação de novas identidades a partir dos processos de escravização e luta pela libertação.

Este livro amplia o alcance do público a uma modalidade de conhecimento universitário que combina de maneira ótima as dimensões da pesquisa, do ensino e da divulgação científica com as melhores práticas educativas e de intervenção política cultural.

Referências:

GIROUX, Henry A. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional – Novas políticas em educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Recebido em 2020-09-15
Publicado em 2020-09-21



* **ROSÂNGELA PRAXEDES** é Doutora em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).



** **WALTER PRAXEDES** é Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Associado na Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais.